



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2014



## ÍNDICE

<b>Nota de Abertura</b> .....	4
<b>Órgãos Sociais</b> .....	5
<b>Associados</b> .....	6
Associados Municipais .....	6
Associados Não Municipais.....	7
<b>Estrutura Organizativa</b> .....	8
<b>Recursos Humanos</b> .....	9
Quadro de Pessoal .....	9
Recurso à Subcontratação.....	9
<b>Relatório de Atividades</b> .....	10
<b>Atividades Previstas em Plano de Atividades</b> .....	11
Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto .....	11
Pacto de Autarcas.....	12
Participação Atividades <i>RNAE</i> .....	13
Prestação de Serviços de Consultoria .....	14
Informação e Comunicação.....	15
Monitorização Residencial – Projeto GALP Energia .....	16
Nearly Zero Energy School .....	17
Atividade prospetiva .....	18
<b>Atividades Não Previstas em Plano de Atividades</b> .....	19
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.....	19
Mercado Liberalizado de Energia .....	20
Desenvolvimento Estratégico para a Sustentabilidade .....	21
Compensação do Fator de Potência .....	22
Eficiência Energética em Sistemas de Bombagem.....	23
Biomassa na Produção de Energia Térmica .....	24

Atividades Previstas mas Não Concretizadas.....	25
<b>Proposta de Aplicação de Resultados.....</b>	<b>26</b>
<b>Contas .....</b>	<b>27</b>
<b>Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>28</b>
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2014 .....	28
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2014 .....	29
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2014.....	30
Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2014.....	31
<b>Aprovação .....</b>	<b>55</b>

## NOTA DE ABERTURA

O ano de 2014 marcou o final dos três primeiros anos de funcionamento da *Energaia* enquanto Agência Regional do sul da Área Metropolitana do Porto, e o final do correspondente programa de apoio do ON2. Neste mesmo ano a *Energaia* recebeu uma menção honrosa nos *Green Project Awards Portugal* pelo trabalho desenvolvido com o Observatório de Sustentabilidade, foi convidada a integrar o Conselho Estratégico da Área Metropolitana do Porto, colaborou com a RNAE e a ADENE na formação de formadores de Gestores Municipais de Energia e de Tutores de Energia nas Escolas no âmbito de um projeto de abrangência nacional financiado no âmbito do PPEC e foi subcontratada pela Comunidade Interurbana de Aveiro e pelo Instituto Politécnico do Porto em ações de consultoria para o desenvolvimento de políticas energéticas sustentáveis em territórios fora da sua área de atuação. Todos estes acontecimentos decorrem, ao mesmo tempo que a *Energaia* tem vindo a demonstrar a extrema valia económica da sua intervenção, sustentando a cada vez maior afirmação da sua relevância no contexto da sua área de atuação, e em que um conjunto significativo de novos desafios e oportunidades de financiamento nas suas áreas de atuação se aproximam.

Por outro lado, se estes três primeiros anos de funcionamento enquanto agência regional se mostraram fundamentais para consolidar um novo arranjo organizacional e demonstrar de forma inequívoca a valia que uma agência de energia pode representar para um território, o ritmo acelerado de mudança global obriga a um exercício prospetivo de preparação, o qual representa um dos principais desafios de curto prazo da organização.

Toda esta atividade continua a ser sustentada numa plataforma de recursos humanos bastante reduzida mas altamente qualificada, a par de uma situação financeira equilibrada, e em que a colaboração com todos os *stakeholders* com quem a *Energaia* se relaciona é a condição essencial do sucesso da mesma.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

---

Presidência da Mesa da Assembleia Geral

Município de Vila Nova de Gaia

1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de Oliveira de Azeméis

2º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de São João da Madeira

Vogais

Município de Espinho

Município de Santa Maria da Feira

Município de Vale de Cambra

ADENE - Agência para a Energia

AdDP - Águas do Douro e Paiva

EDP Distribuição

EDP Gás Distribuição

FEUP - Faculdade de Engenharia da  
Universidade do Porto

GALP Energia

ISEP - Instituto Superior de Engenharia do Porto

Metro do Porto

SULDOURO

Universidade de Aveiro

### Conselho de Administração

---

Presidência do Conselho de Administração

Município de Vila Nova de Gaia

Vice-presidência do Conselho de Administração

Município de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração

Município de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração

EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração

ADENE – Agência para a Energia

### Conselho Fiscal

---

Município de Vale de Cambra

GALP Energia

Metro do Porto

## ASSOCIADOS

### ASSOCIADOS MUNICIPAIS



Município de Espinho



Município de Oliveira de Azeméis



Município de Santa Maria da Feira



Município de São João da Madeira



Município de Vale de Cambra



Município de Vila Nova de Gaia

ASSOCIADOS NÃO MUNICIPAIS



ADENE  
Agência para a Energia



AdDP  
Águas do Douro e Paiva



EDP Distribuição



EDP Gás Distribuição



FEUP  
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto



GALP Energia



ISEP  
Instituto de Engenharia da Universidade do Porto



Metro do Porto

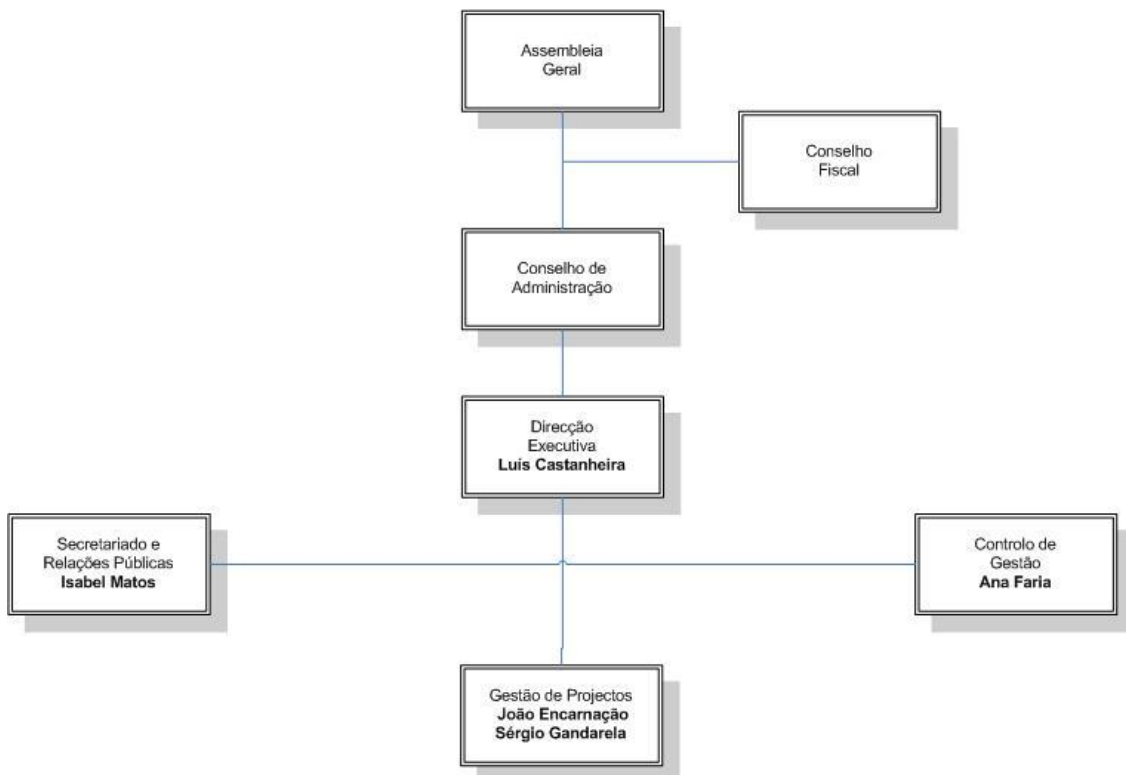


Suldouro  
Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos



Universidade de Aveiro

## ESTRUTURA ORGANIZATIVA





## RECURSOS HUMANOS

### QUADRO DE PESSOAL

No final de 2014, a *Energaia* tinha ao seu serviço 5 colaboradores, assim distribuídos:

<i>Função</i>	<i>Número</i>
Administrador Delegado	1
Secretariado e Relações Públicas	1
Gestores de Projetos	2
Controlo de Gestão	1
<b>Total</b>	<b>5</b>

### RECURSO À SUBCONTRATAÇÃO

A equipa da *Energaia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, como forma de evitar o crescimento insustentável da equipa, e aquando de solicitações específicas que o justifiquem, a *Energaia* recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## 2014

## ATIVIDADES PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

A *Energaia* – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, na prossecução da sua missão, desenvolveu durante a ano de 2014 as seguintes atividades:

### AGÊNCIA DE ENERGIA DO SUL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

No âmbito do processo de alargamento da sua abrangência territorial aos Municípios a Sul do Douro pertencentes à Área Metropolitana do Porto, a *Energaia* durante 2013 desenvolveu diversas tarefas, nomeadamente o folheto de apresentação da matriz energética por município. A Matriz Energética de um Município é uma ferramenta indispensável ao planeamento energético e ambiental, na qual é disponibilizada informação correta e atualizada sobre a forma como se consome energia, nos seus diversos vetores e setores de utilização, permitindo determinar áreas preferenciais de atuação onde as possíveis poupanças possam ser maximizadas em função dos recursos despendidos nas mesmas.

Em 2014 continuou-se o ciclo de reuniões técnicas, ação centrada nos associados municipais cujo objetivo de promover ações de sensibilização de atores chave numa vertente mais técnica e de motivação para quadros técnicos. Destaca-se a realização do 6º Fórum Local Regional sobre a temática dos fundos e mecanismos de financiamento, assim como a realização de 3 ações de formação, sobre os temas de Sistemas de Gestão de Energia, Auditorias Energéticas e Eficiência energética em sistemas de bombagem.

Durante o ano de 2014, a *Energaia* desenvolveu ainda a 2ª fase de desenvolvimento do Observatório de Sustentabilidade, existindo nesta plataforma informação diversa sobre as instalações dos associados municipais, assim como a disponibilização de funções relacionadas com a monitorização de consumos de equipamentos municipais.

Conforme previsto, no presente ano foram desenvolvidos os Planos de Ação de carácter municipal, que irão convergir nas suas ações com os objetivos do Plano de Ação para a Promoção da Energia Sustentável no Norte de Portugal e com a Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020).

## PACTO DE AUTARCAS

As alterações climáticas têm vindo a ser identificadas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade. O aumento da concentração de gases com efeito de estufa tem sido apontado como um dos motivos para as alterações climáticas pelo que, a redução de emissões é considerada a primeira linha de combate a esta ameaça, com o objetivo de redução do risco inerente às suas consequências. Contudo, a problemática das emissões de CO<sub>2</sub> é ampla e complexa, exigindo a integração das diferentes ações, globais e locais, individuais e coletivas.

Consciente do seu papel fundamental na redução das emissões de gases de efeito de estufa, o Município de Vila Nova de Gaia foi a 2ª cidade signatária a aderir ao Pacto de Autarcas, em abril de 2009. O Pacto de Autarcas é uma iniciativa voluntária da Comissão Europeia, na qual é estabelecido pelas cidades aderentes um compromisso formal, em superar os objetivos definidos pela UE para 2020, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos 20%, como resultado da aplicação de um plano de ação em matéria de energia sustentável.

A definição das medidas e respetivo Plano de Ação necessário à concretização dos objetivos do referido pacto esteve a cargo da *Energaia*, cujos trabalhos tiveram início em 2009 com a definição do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética. Este mesmo plano foi aprovado em Assembleia Municipal de 19 de outubro de 2011. Já em 2012, o Plano foi aprovado pelo organismo gestor do Pacto de Autarcas a nível europeu.

Durante 2013, a *Energaia* desenvolveu a metodologia de monitorização e acompanhamento da implementação das medidas identificadas no referido Plano de Ação de Vila Nova de Gaia. Já em 2014, a *Energaia* desenvolveu e submeteu à Comissão Europeia, após aprovação pelo Município, do 1º Relatório de Avaliação. Fruto do trabalho desenvolvido, Vila Nova de Gaia foi a primeira cidade Europeia a submeter o se relatório de avaliação.

Dentro daqueles que são os objetivos estratégicos da agência e capitalizando no capital de conhecimento e de projetos já desenvolvidos pela mesma, este será um trabalho numa sequência lógica, mas que representa um compromisso conjunto de toda a comunidade de Vila Nova de Gaia.

## PARTICIPAÇÃO ATIVIDADES *RNAE*

A *RNAE* é uma rede de cooperação nacional constituída por agências de energia e de ambiente de âmbito municipal e regional, cujo objetivo é partilhar informação e experiências, bem como fomentar as parcerias entre agências.

A *Energaia* enquanto Membro da Direção e associada da *RNAE* – Associação das Agências de Energia e Ambiente, ao longo de 2014 participou nas reuniões de direção, tendo promovido os melhores interesses quer da *RNAE*, quer dos associados desta. Foi ainda prestado apoio na análise e desenvolvimento das diversas ações do PPEC entre outras.

Com esta participação, a *Energaia* contribuiu e beneficiou da troca de informação e de experiências sobre atividades desenvolvidas pelas agências de energia tendo como objetivo a promoção de resultados obtidos de reconhecido impacto nacional.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

No seguimento do Aviso POVT-65-2013-69, a *Energaia* auxiliou os Municípios a prestar os esclarecimentos necessários, solicitados pelos organismos de gestão. Verificou-se que em sequência de várias questões relacionadas com a gestão pelo Fundo de Coesão, o referido aviso foi “anulado”, tendo sido substituído posteriormente pelo Aviso POVT-65-2014-88.

Face ao novo aviso, a *Energaia* prestou apoio aos associados interessados na apresentação de uma candidatura à operação “Energia Renováveis e Eficiência Energética na Iluminação Pública”, uma operação que visava implementação de medidas de eficiência energética na rede de iluminação pública, através da aposta em tecnologias que permitissem uma boa relação custo-eficácia e conduzissem à redução significativa da fatura energética. A operação enquadrava-se no domínio de intervenção “Energias Renováveis e Eficiência Energética” do Eixo Prioritário II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos – POVT /Programa Operacional Temático VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 2007/2013.

No âmbito da aprovação das candidaturas ao Aviso do ON2 no domínio da Energia - E – EEA / 2/ 2010 - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais a *Energaia* em 2014 promoveu a prestação de serviços de fiscalização da implementação das medidas definidas nas candidaturas de Vila Nova de Gaia, São João da Madeira e Vale de Cambra. As candidaturas ao aviso do ON2, nomeadamente pavilhões e piscinas, visavam a implementação de medidas de isolamento e inércia térmicos para redução das necessidades energéticas de aquecimento/ arrefecimento, iluminação elétrica, sistemas de monitorização de consumos e gestão de energia, promoção da gestão eficiente da água, instalação de sistemas de recuperação de energia térmica assim como soluções tecnológicas de aproveitamento de radiação solar, passivas e ativas.

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No âmbito corporativo, uma política de comunicação eficaz tem uma importância fundamental para a projeção pública, coesão, qualidade e competitividade. Assim, a *Energaia* adequou a sua estratégia de comunicação e promoção às necessidades específicas da sociedade e seus interlocutores, de forma a divulgar, informar, promover a participação e sensibilizar para as atividades e acontecimentos relevantes da agência.

No ano de 2014, a *Energaia* manteve a sua presença nas redes sociais, realizou diversos Workshops/ Fóruns subordinados a temas relevantes à sua área de atuação, bem como recorreu à utilização do e-mail, notas informativas e comunicados de imprensa. Desta forma, foi possível promover uma maior e melhor interação com as entidades e indivíduos com quem a *Energaia* se relaciona, potenciando a imagem e reconhecimento de uma organização com mais de uma década de existência.

É ainda importante salientar que este processo comunicacional não se encontra finalizado, encontrando-se em constante atualização e desenvolvimento, considerando a evolução tecnológica verificada, bem como o facto de ser uma ferramenta estratégica de gestão para o sucesso da agência.

## MONITORIZAÇÃO RESIDENCIAL – PROJETO GALP ENERGIA

NO ano de 2014 este projeto manteve a plataforma de aquisição e armazenamento de dados em tempo real em funcionamento, por forma a consolidar uma quantidade de informação suficiente para uma análise correta, nomeadamente que permita o estabelecimento de fatores de correlação com a variação sazonal de temperatura. Adicionalmente, sustentou já a realização de uma tese de mestrado realizada no Instituto Superior de Engenharia do Porto, que sustenta uma análise de dados preliminares e as decisões estratégicas com relação ao desenvolvimento futuro do mesmo.

Durante 2015 espera-se que o projeto possa apresentar resultados mais específicos, consolidados nos dados anteriormente adquiridos, e que ações futuras no contexto do apoio ao setor residencial possam ser formuladas.



## NEARLY ZERO ENERGY SCHOOL

Em 2014 iniciou-se uma ação entre a *Energaia* e o município de Santa Maria da Feira, para a promoção um projeto-piloto, de reabilitação da escola de Canedo, de acordo com os princípios de conceção associados ao conceito NZEB, que já permitiu uma poupança na ordem dos 20.000,00 €/ano após um investimento de cerca de 17.000,00 €.

Em 2014, os mesmos princípios de reabilitação energética já se consolidaram como uma referência para o desenvolvimento de outro estudo na escola E.B. 2.3 António Alves Amorim de Lourosa com identificação de oportunidades significativas de melhoria da eficiência energética e hídrica com investimentos reduzidos.

A recomendação de implementação de um sistema simples de monitorização dos consumos constitui um elemento fundamental no processo de melhoria da eficiência com base num processo de medição e verificação que consolidem as vantagens de aplicação das medidas de otimização da utilização de energia e água. Na iluminação foram identificadas várias oportunidades de redução de consumos, que passavam por exemplo pela substituição de tecnologias mais antigas por tecnologias a LED mais eficientes, ou pelo comando da iluminação com recurso a detetores de presença, ou ainda pelo comando da iluminação exterior dependente da luz natural. Na água, identificaram-se oportunidades de redução dos caudais e volumes de descarga através da colocação de dispositivos economizadores e novos dispositivos mais eficientes. A quantificação permitia estimar uma redução mínima anual de 814 m<sup>3</sup> de água, 52 870 kWh de energia, evitar a emissão de 24 426 kgCO<sub>2</sub> e reduzir custos num valor de 42.500,00 €.

## ATIVIDADE PROSPETIVA

A aquisição e desenvolvimento de novas competências e conhecimento nos domínios da Energia e Ambiente têm sido uma constante na estratégia da *Energaia*. Desta forma, a Agência tem orientado a sua estratégia no sentido de intervir e cooperar em projetos com impacto, vocacionados para o desenvolvimento e competitividade territorial. Estrategicamente, a *Energaia* sempre estudou novas oportunidades de parceria e cooperação com outras entidades públicas e privadas bem como formas alternativas de financiamento, nomeadamente, projetos que contemplem candidaturas a fundos comunitários.

Em 2014, a *Energaia* participou numa candidatura ao Programa Quadro do Horizonte 2020, H2020-SPIRE-2014, com o objetivo de promover a valorização da biomassa para fins energéticos no território de abrangência da agência, com recursos a tecnologias móveis e processos descentralizados. A candidatura referida não foi aprovada para financiamento.

## **ATIVIDADES NÃO PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES**

Ao longo do presente capítulo serão descritas as atividades que não estavam previstas em sede de Plano de Atividades para 2014.

### **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA**

Em 2014, a *Energaia* foi contratada pelo Instituto Politécnico do Porto para integrar projeto para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS), que incorpora o apoio ao desenvolvimento de matrizes energéticas dos Municípios que integram a CIM-TS e que suportarão a formulação da estratégia para a sustentabilidade energética do território abrangido, consubstanciada em Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética Municipal, também este integrados no apoio.

Igualmente no âmbito deste projeto, está englobada a utilização do Observatório de Sustentabilidade, com acesso a todas as funcionalidades, tendo por objetivo a aferição de potenciais de poupança energética nas instalações dos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

## MERCADO LIBERALIZADO DE ENERGIA

As tarifas reguladas de venda a clientes finais acabaram no final de 2012 para a totalidade dos consumidores portugueses de eletricidade e gás natural, os clientes que permaneceram em mercado regulado, ficaram sujeitos a um período transitório e a ser abastecidos pelo comercializador de último recurso com uma tarifa transitória fixada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e que está sujeita a revisão trimestral e possível agravamento dos preços aplicados.

Considerando a elevada quantidade de contratos de energia a cargo dos Municípios e das especificidades de contratação pública a que estão sujeitos, a transição para mercado liberalizado torna-se um processo mais complexo para os Municípios, comparativamente à maioria das organizações. A quantificação dos consumos nos vários contratos e as diferentes características de cada contrato aumentam a complexidade na quantificação dos custos com as diferentes tarifas, taxas e impostos. Esta tarefa é consideravelmente simplificada com a utilização de um processo de quantificação automatizado como aquele disponível pelo Observatório de Sustentabilidade e desenvolvido pela *Energaia* para os seus Municípios associados.

Em 2014, a contribuição da *Energaia* neste tema tem englobado o apoio na elaboração de procedimentos concursais de aquisição de energia em mercado liberalizado, que incluíram informação precisa sobre os históricos de consumos e um conjunto de critérios técnicos importantes para a obtenção de condições comerciais economicamente favoráveis e com disponibilização de informação útil para realizar uma correta gestão de energia. A este nível salienta-se a redução de custo na ordem dos 190.000,00 € do procedimento concursal para “Prestação de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica, no Mercado Liberalizado” promovido pelo Município de Oliveira de Azeméis, o qual teve o apoio da *Energaia*.

## DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO PARA A SUSTENTABILIDADE

O Programa Estratégico da candidatura às Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação, visa construir, consolidar e/ou ativar dinâmicas coletivas de desenvolvimento urbano da rede de cidades e principais aglomerados populacionais da região de Aveiro, a qual se designou de Comunidade Interurbana de Aveiro.

Enquadrada com o Programa Estratégico da Comunidade Interurbana de Aveiro, no que respeita à área da Energia, o principal objetivo da Região de Aveiro é a ativação da Agência para Sustentabilidade e a Competitividade, ao qual a *Energaia* iniciou um projeto com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, com o objetivo de formular as atividades que permitirão concretizar os objetivos no domínio do desenvolvimento sustentável e da competitividade do território, bem como definir o processo de acompanhamento e monitorização dessas atividades.

Em 2014, as principais atividades incluíram a definição de uma estratégia de desenvolvimento dos projetos através da elaboração do Plano de Atividades Principais, o apoio na formulação, acompanhamento e monitorização das atividades, assim como a definição e proposta de *scorecard* de indicadores para controlo do desenvolvimento dos projetos.

Destaca-se igualmente o apoio da *Energaia* na elaboração do projeto Escolas Sustentáveis, que engloba princípios de *Gamification* num desafio às escolas para voluntariamente reduzirem os seus consumos de energia e água, assim como implementarem medidas de sustentabilidade, em que terão metas individuais a atingir e simultaneamente o seu desempenho estará em competição com outras escolas.

## COMPENSAÇÃO DO FATOR DE POTÊNCIA

Quando existe consumo de energia elétrica numa instalação, essa mesma energia elétrica pode ser dividida em dois tipos: a energia ativa que é consumida em todos os equipamentos elétricos para realizarem a sua função (útil) e a energia reativa que é consumida em alguns equipamentos na produção de campos magnéticos necessários ao seu funcionamento (não útil). O consumo de energia reativa não pode ser anulado, mas o seu consumo pode ser minimizado e o pagamento desta componente na fatura pode ser evitado com a adoção de algumas medidas, entre as quais se encontra a instalação de baterias de condensadores e adaptações nos equipamentos existentes.

Em 2014, foram realizados estudos diagnósticos que resultaram na identificação de instalações com baixo fator de potência e com custos associados ao consumo energia reativa, a *Energia* efetuou uma identificação das ações necessárias à redução dos custos com esta componente da fatura de energia elétrica dos municípios.

Entre as instalações abrangidas pelas medidas no estudo encontravam-se pisciniais municipais, bibliotecas, recintos desportivos, escolas, entre outras infraestruturas municipais, que na totalidade apresentavam um potencial de redução de custos anuais de aproximadamente 44.000,00 €.

## EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM SISTEMAS DE BOMBAGEM

Considerando a relevância dos consumos e custos associados à bombagem de água em várias infraestruturas municipais, a *Energaia* promoveu a realização de diagnósticos aos principais sistemas de bombagem em cada Município, com os objetivos de avaliar as condições dos sistemas existentes, estimar os seus consumos energéticos anuais, emissões associadas ao consumo e propor medidas que promovam a eficiência energética e a redução dos consumos elétricos.

Em 2014 foram concluídos os estudos que permitiram encontrar várias oportunidades de melhoria da eficiência energética, que incluíam a substituição por equipamentos mais eficientes, a variação de velocidade e sistemas de controlo mais adequados. A totalidade das medidas apresentava um potencial de redução dos consumos em 792 647 kWh/ano e uma redução dos custos anuais em aproximadamente 81.000,00 €. Adicionalmente permitiu-se criar oportunidades para a formação nos Municípios sobre o tema da eficiência energética em sistemas de bombagem.

## BIOMASSA NA PRODUÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA

Considerando a importância da biomassa para a sustentabilidade energética do território, em 2014, a *Energaia* realizou um conjunto de atividades relevantes para a promoção e consolidação desta fonte renovável no mix energético dos municípios associados da agência.

Foram projetadas e instaladas caldeiras a biomassa para instalação num conjunto de instalações municipais, com a comparticipação do ON.2 no financiamento, designadamente Pavilhão Municipal de Gulpilhares, Pavilhão Municipal de Grijó, Pavilhão Municipal de Vila D'Este e Pavilhão Municipal das Travessas. No conjunto as instalações apresentavam um potencial de redução dos consumos em 19.000 kWh/ano e uma redução dos custos anuais em aproximadamente 8.000 €.

Foi realizado igualmente um estudo sobre os impactos da alteração do combustível biomassa para gás natural no Centro Escolar de Azagães em Oliveira de Azeméis, em que se pretendeu analisar as vantagens económicas e ambientais da permanência no consumo a *pellets* em comparação com uma alternativa a gás natural. O estudo envolveu uma consulta ao mercado sobre as modalidades de aquisição das *pellets* e respetivos custos de aquisição, concluindo-se que a manutenção de uma solução a *pellets* resultava numa poupança anual 3 000,00 € em combustível para aquecimento.



## ATIVIDADES PREVISTAS MAS NÃO CONCRETIZADAS

Todas as atividades presentes do Plano de Atividades da *Energaia* foram concretizadas.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício foram positivos de € 64.853,39 (Sessenta e Quatro Mil Oitocentos e Cinquenta e Três Euros e Trinta e Nove Cêntimos), os quais se propõe sejam levados à conta de resultados transitados.

Vila Nova de Gaia, 30 de março de 2015

### O Conselho de Administração

---

Presidente do Conselho de Administração  
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

---

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

---

Vogal do Conselho de Administração  
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

---

Tesoureiro do Conselho de Administração  
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

---

Secretário do Conselho de Administração  
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia

# CONTAS

# 2014

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/14	31/dez/13
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	527,41	1 268,43
Activos intangíveis	6		
		527,41	1 268,43
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	11.2	53 720,25	28 848,50
Associados	11.1	119 066,06	4 570,58
Outras contas a receber	8/11.3	22 236,41	155 111,23
Diferimentos	15.1	1 928,96	273,21
Caixa e depósitos bancários	11.4	2 225,31	15 155,44
		199 176,99	203 958,96
<b>Total do ativo</b>		199 704,40	205 227,39
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	11.5	188 740,00	181 540,00
Reservas	11.5	875 752,32	875 752,32
Resultados transitados	11.5	-979 407,38	-964 773,09
Resultado líquido do período		64 853,39	-14 634,29
<b>Total do fundo de capital</b>		149 938,33	77 884,94
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.6	5 882,52	46 497,95
Estado e outros entes públicos	15.2	8 499,40	9 197,60
Financiamentos obtidos	11.8	6 663,00	736,40
Diferimentos	15.1	0,00	44 249,40
Outras contas a pagar	11.7	28 721,15	26 661,10
		49 766,07	127 342,45
<b>Total do passivo</b>		49 766,07	127 342,45
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		199 704,40	205 227,39

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	<b>7/11.1</b>	238 404,86	71 949,85
Subsídios, doações e legados à exploração	<b>8</b>	42 280,10	89 394,45
Fornecimentos e serviços externos	<b>13/15.3</b>	-80 571,91	-92 231,06
Gastos com o pessoal	<b>10</b>	-133 267,92	-146 520,65
Outros rendimentos e ganhos	<b>15.4</b>	2 161,53	67 636,98
Outros gastos e perdas	<b>15.5</b>	-401,72	-2 484,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		68 604,94	-12 254,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	<b>5/6</b>	-741,02	-988,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		67 863,92	-13 242,55
Juros e gastos similares suportados	<b>12</b>	-902,37	-1 391,74
Resultado antes de impostos		66 961,55	-14 634,29
Imposto sobre o rendimento do período	<b>9</b>	-2 108,16	0,00
Resultado líquido do período		64 853,39	-14 634,29

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		108 484,88	100 367,81
Pagamentos a Fornecedores		-123 224,64	-169 453,70
Pagamentos ao Pessoal		-133 267,92	-146 440,05
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		-148 007,68	-215 525,94
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-27,63	-63,27
Outros recebimentos/pagamentos		122 680,55	110 463,84
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		-25 354,76	-105 125,37
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		0,00	899,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		0,00	-899,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		5 926,60	376,71
Realização de fundos		7 200,00	13 200,00
Pagamentos respeitantes a :			
Juros e gastos similares		701,97	1 391,74
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		12 424,63	12 184,97
<b>Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		-12 930,13	-93 839,40
<b>Efeito das diferenças de câmbio e de justo valor</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>11.4</b>	15 155,44	108 994,84
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>11.4</b>	2 225,31	15 155,44

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

### Valores em euros

#### 1. Identificação da entidade

##### Identificação da entidade:

*Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto*

##### Sede:

Avenida Manuel Violas, n.º 476 - 23  
4410-136 São Félix da Marinha

##### Natureza da atividade:

A *Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto* é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com área de intervenção ao nível do Sul da Área Metropolitana do Porto, focalizada na criação e dinamização de ações nas áreas da energia e informação.

A *Energaia* surgiu no seguimento da aprovação de uma candidatura submetida à CCDR-N no âmbito do concurso para a Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia, vindo desta forma dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela *Energaia* como Agência Municipal de Energia de Gaia constituída em 1999.

Em 1999, a *Energaia* foi criada por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo de um contrato com o Programa SAVE II da Comissão Europeia, que apoiava a criação e o funcionamento deste tipo de organizações durante três anos. No âmbito desse acordo, a *Energaia* teve como parceiros de contrato as Agências de Vercelli (Itália) e Valência (Espanha).

Durante a primeira década de existência, a *Energaia* focou a sua atividade no Município de Gaia, tendo contribuído para o seu desenvolvimento sustentável através de projetos e políticas na área da Utilização Racional de Energia e Sustentabilidade.

Com o alargamento territorial a seis Municípios: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, São João da Madeira e Vale de Cambra, a *Energaia* enfrenta um novo desafio,

o de contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios, aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, ao SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e demais legislação complementar; às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

### *Derrogação das disposições da NCRF-ESNL*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

### *Comparabilidade das demonstrações financeiras*

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



#### *Continuidade*

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### *Regime do Acréscimo (periodização económica)*

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### *Consistência de Apresentação*

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### *Materialidade e Agregação*

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### *Compensação*

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### *Informação Comparativa*

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### *Ativos fixos tangíveis*

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

#### *Ativos intangíveis*

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e que permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### *Locações*

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

### *Instrumentos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado de:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### i) Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### ii) Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidos, no Balanço, das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem, de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente; no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

iii) Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

iv) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

v) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

vi) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

#### *Custos de empréstimos obtidos*

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros e os encargos financeiros dos descobertos bancários e dos empréstimos obtidos a curto prazo. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

#### *Fundos Patrimoniais*

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### *Provisões, Ativos e Passivos Contingentes*

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que haja a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas

demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### *Estado e outros entes públicos*

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

A matéria coletável das pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial, ou agrícola é determinada nos termos dos artigos 53º e 54º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

À matéria coletável determinada, é aplicada a taxa de 21,5% nos termos do n.º 5 do art.º 87, acrescendo ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

#### *Subsídios*

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

#### *Julgamentos e estimativas*

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

#### *Benefícios dos empregados*

Os benefícios de curto prazo a empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Ativos fixos tangíveis**

##### *Outros ativos fixos tangíveis*

Os “ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, as quais se situam nos intervalos definidos no Decreto - Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, o qual estabelece as taxas de depreciação aceites para efeitos fiscais.

As taxas atualmente aplicadas aos “ativos fixos tangíveis” refletem a vida útil esperada dos bens, segundo a seguinte tabela:



Período de vida útil esperada dos bens	Número de anos
Equipamento básico	5 a 15
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

Existem, para além das vidas úteis mencionadas, bens depreciados a 100%, de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os movimentos ocorridos no valor dos “ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações foram os seguintes:

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.675.311,32	86.697,27	1.849,80	2.763.858,39
Adições		877,15		877,15
Regularizações				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>87.574,42</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.764.735,54</b>
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.675.311,32	85.317,98	1.849,80	2.762.479,10
Depreciações do exercício		988,01		988,01
Regularizações				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>86.305,99</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.763.467,11</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>1.268,43</b>		<b>1.268,43</b>

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.675.311,32	87.574,42	1.849,80	2.764.735,54

Adições

Transferências

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>87.574,42</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.764.735,54</b>
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.675.311,32	86.305,99	1.849,80	2.763.467,11
Depreciações do exercício		741,02		741,02
Transferências				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>87.047,01</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.764.208,13</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>527,41</b>		<b>527,41</b>

A gestão dos ativos afetos ao projeto Gaia Global foi transferida para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo do acordo de cessão de exploração celebrado entre esta Câmara e a *Energaia* em 24 de outubro de 2007.

## 6. Ativos intangíveis

### *Outros ativos intangíveis*

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Outros ativos intangíveis	Total
	Programas de computador	
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2012		
Adições		
Transferências	12.388,30	12.388,30
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
Depreciações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2012		
	12.388,30	12.388,30
Depreciações do exercício		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Rubricas	Outros ativos intangíveis	Total
	Programas de computador	
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
Depreciações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.388,30	12.388,30
Depreciações do exercício		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubricas	2014	2013
Prestação de serviços		
Quotizações e joias	197.329,86	51.519,85
Outras prestações de serviços	41.075,00	20.430,00
Juros		
Dividendos		
<b>Totais</b>	<b>238.404,86</b>	<b>71.949,85</b>

## 8. Subsídios e outros apoios

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Os subsídios obtidos são de “outras entidades”, no âmbito do FEDER, conforme se apresenta:

Descrição	Natureza	31.12.2014			31.12.2013		
		Capitais próprios	Ativo	Demonstração dos resultados	Capitais próprios	Ativo	Demonstração dos resultados
MI Ciudad AC2	Não reembolsável					49.490,63	13.209,73
Nova Agência	Não reembolsável		21.663,89	42.280,10		102.754,63	76.184,72
<b>Total</b>			<b>21.663,89</b>	<b>42.280,10</b>		<b>152.245,26</b>	<b>89.394,45</b>
<b>Subsídio ao investimento</b>						<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Subsídio à exploração</b>			<b>21.663,89</b>	<b>42.280,10</b>	<b>0,00</b>	<b>152.245,26</b>	<b>89.394,45</b>

## 9. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na matéria coletável que se obtém pela dedução ao rendimento global dos montantes correspondentes aos custos comuns e outros custos imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos e dos benefícios fiscais que consistam em deduções àquele rendimento.

De referir que são englobados na matéria coletável os rendimentos de capitais, prediais e as mais-valias, assim como outro tipo de rendimentos não específicos. A taxa de impostos sobre lucros é de 21,5%.

Descrição	2014	2013
IRC Liquidado	2.077,50	
Tributação Autónoma	30,66	
<b>Total</b>	<b>2.108,16</b>	

## 10. Benefícios dos empregados

Os “outros gastos com o pessoal” englobam, nomeadamente, gastos com formação profissional, no valor de 115,00 € (2013: 886,96 €).

O número médio de colaboradores ativos no corrente exercício foi de 5 (2013: 5). Em 31 de dezembro de 2014 o número de colaboradores era de 5 (2013: 5).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Rubricas	2014	2013
Remunerações do pessoal	108.121,30	119.290,33
Encargos sobre remunerações	23.125,59	24.907,79
Seguros de acid. no trab. e doenças prof.	1.727,73	1.275,87
Outros gastos com o pessoal	293,30	1.046,66
<b>Total</b>	<b>133.267,92</b>	<b>146.520,65</b>

## 11. Instrumentos financeiros

### 11.1. Associados

O património associativo nominal da *Energaia* é constituído por cento e cinquenta mil unidades de participação, correspondendo a cada unidade de participação o valor de 1,00 €. Os associados são municípios e associados não municipais, sendo que, segundo os estatutos da entidade, os municípios associados possuem uma percentagem do património associativo nominal equivalente a oitenta por cento das unidades de participação.

Em 2012, foram criados novos estatutos da entidade, tendo sido iniciado, nesse exercício, o processo de subscrição do património associativo, que visa ficar representado conforme se segue:

Associados	Unidades de Participação	%
Município de Vila Nova de Gaia	55.200,00	36,80%
Município de Santa Maria da Feira	30.000,00	20,00%
Município de Oliveira de Azeméis	13.200,00	8,80%
Município de São João da Madeira	7.200,00	4,80%
Município de Vale de Cambra	7.200,00	4,80%
Município de Espinho	7.200,00	4,80%
Associados não municipais	30.000,00	20,00%
<b>Total</b>	<b>150.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Em 31 de dezembro de 2014, o fundo previsto nos estatutos inerente aos associados municipais encontra-se totalmente subscrito. Relativamente à quota-parte do fundo dos associados não municipais, está por subscrever a quantia de 2.500,00€, que representa 1,67% do fundo total.

Do fundo subscrito pelos associados, encontra-se realizado, a 31 de dezembro de 2014, o montante de 145.000,00€ (31.12.2013: 137.800,00€), ficando da seguinte forma:

Fundos	€
Saldo em 31.12.2013	137.800,00
Aumentos no exercício	7.200,00
<b>Saldo em 31.12.2014</b>	<b>145.000,00</b>

Assim, dos fundos subscritos, encontra-se por realizar o montante de 2.500,00 €, conforme divulgado no quadro seguinte, que sintetiza os saldos pendentes com os associados.

*Quantias de saldos pendentes*

Associados Municipais	Total a receber							
	2014				2013			
	Unidades Participação	Quotas	Outros	Total	Unidades Participação	Quotas	Outros	Total
Município de Vila Nova de Gaia		87.086,92	41.420,25	128.507,17				
Município de Vale de Cambra		13.917,40		13.917,40	7.200,00	1.800,00	1.937,25	10.937,25
Município de São João da Madeira		12.635,72		12.635,72				
Município de Espinho		1.922,51		1.922,51				
<b>Associados Não Municipais</b>								
STCP, S.A.	2.500,00	833,33		3.333,33	2.500,00	833,33		3.333,33
Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.		890,05		890,05			0,00	0,00
Águas do Douro e Paiva, S.A.		222,52		222,52				
ADENE – Agência para a Energia		445,03		445,03				
EDP Gás, S.A.		445,03		445,03				
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		222,52		222,52				
Universidade de Aveiro		445,03		445,03				
<b>Totais</b>	<b>2.500,00</b>	<b>119.066,06</b>	<b>41.420,25</b>	<b>162.986,31</b>	<b>9.700,00</b>	<b>2.633,33</b>	<b>1.937,25</b>	<b>14.270,58</b>

As transações com os associados constam do quadro seguinte:

*Transações*

Associados	2014		2013			
	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços
<b>Associados Municipais</b>						
Município de Vila Nova de Gaia		87.086,92	19.075,00		19.613,08	17.850,00
Município de Santa Maria da Feira		47.329,84			10.659,29	
Município de Oliveira de Azeméis		20.825,13			4.690,09	
Município de São João da Madeira		11.359,17			2.558,23	
Município de Vale de Cambra		11.359,17			2.558,23	
Município de Espinho		11.359,17			2.558,23	
<b>Associados Não Municipais</b>						
EDP Distribuição, S.A.		890,05			888,27	
Suldouro, S.A.		890,05			888,27	80,00
STCP, S.A.						
Águas do Douro e Paiva		890,05			888,27	
Metro do Porto, S.A.		890,05			888,27	
ADENE - Agência para a Energia		890,05			888,27	
GALP Energia, S.A.					888,27	
Instituto Superior de Engenharia do Porto		890,05			888,27	
EDP Gás, S.A.		890,05			888,27	
Universidade de Aveiro		890,05			888,27	
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		890,05			888,27	
<b>Total</b>		<b>197.329,85</b>	<b>19.075,00</b>		<b>51.519,85</b>	<b>17.930,00</b>

### 11.2. Clientes e Utentes

Conforme já foi mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de clientes são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

Para os períodos de 2014 e 2013, a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes	2014	2013
Águas do Douro e Paiva		888,27
Adene-Agência para a Energia		888,27
Município de Vila Nova de Gaia	41.420,25	21.955,50
Município de Vale de Cambra		2.558,23
Município de S. João da Madeira		2.558,23

Instituto Politécnico do Porto	12.300,00	
<b>Total</b>	<b>53.720,25</b>	<b>28.848,50</b>

### 11.3. Outras contas a receber

Tal como as dívidas de clientes, as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

A rubrica “Outras contas a receber” apresentava, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Fornecedores c/c	65,79	
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento		
FEDER	21.663,89	152.245,26
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos		
Outros devedores	506,73	2.865,97
<b>Total</b>	<b>22.236,41</b>	<b>155.111,23</b>

### 11.4. Caixa e depósitos bancários

Não existem, à data do balanço, saldos não disponíveis para uso. O “Caixa e depósitos bancários” englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldos:

<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Caixa</b>		
Numerário	791,02	465,55
<b>Depósitos bancários</b>		
Depósitos à ordem	1.434,29	14.689,89
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>2.225,31</b>	<b>15.155,44</b>

Está registada no balanço, em “Financiamentos obtidos”, no “Passivo”, a quantia de 1.163,00 € (2013: 736,40€) referente ao valor em dívida do cartão de crédito da entidade.



### 11.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 2014 e 2013:

Descrição	Saldo em 01.01.2014	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2014
Fundos	181.540,00	7.200,00		188.740,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-964.773,09	-14.634,29		-979.407,38
<b>Total:</b>	<b>92.519,23</b>	<b>-7.434,29</b>		<b>85.084,94</b>

Descrição	Saldo em 01.01.2013	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2013
Fundos	168.340,00	13.200,00		181.540,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-894.572,26	-70.200,83		-964.773,09
<b>Total:</b>	<b>149.520,06</b>	<b>-57.000,83</b>		<b>92.519,23</b>

### 11.6. Fornecedores

As dívidas a Fornecedores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2014	2013
PETRÓLEOS DE PORTUGAL, S.A.	557,10	
OPTIMUS-COMUNICAÇÕES, SA	986,08	
COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	338,95	
IMAEI-INFORMATICA E MANUT. ELECTRONICA, LDA.	340,95	
MAGNETIK VALUE	1.402,20	
FACTOR SOCIAL, Lda.	2.113,64	17.113,64
EASY ART COMMUNICATION		16.723,08
ENERGIE CITES		3.750,00
BIO RUMO		8.154,90
Outros	143,60	756,33
<b>Total</b>	<b>5.882,52</b>	<b>46.497,95</b>

### 11.7. Outras contas a pagar

Tal como as dívidas a Fornecedores, as “Outras contas a pagar”, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar	2014	2013
Credores por acréscimos de gastos	22.808,68	23.271,48
Outros credores	5.912,47	3.389,62
<b>Total</b>	<b>28.721,15</b>	<b>26.661,10</b>

A conta de “Credores por acréscimos de gastos” contempla a quantia de 19.714,76 € (2013: 19.714,76 €) relativa a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2014 e a liquidar em 2015, e ainda a afetação de gastos ao exercício para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2015, no valor de 3.093,92 € (2013: 3.556,72 €).

### 11.8. Financiamentos obtidos

Os empréstimos estão registados no passivo ao custo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Os empréstimos e descobertos bancários, correntes e não correntes, decompunham-se, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, da seguinte forma:

Financiamentos Obtidos	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	5.500,00		5.500,00			
Descobertos bancários	1.163,00		1.163,00	736,40		736,40
Locações financeiras						
Desconto de letras						
Suprimentos						
Factoring						
<b>Total</b>	<b>6.663,00</b>		<b>6.663,00</b>	<b>736,40</b>		<b>736,40</b>

Em 2013, o saldo pendente nesta conta, respeitava somente à utilização do cartão de crédito, enquanto que, em 2014, além da utilização do cartão de crédito, a Entidade também tinha utilizado a conta corrente caucionada que tem contratualizada com o banco Millennium BCP.

## 12. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto prazo bem como os correspondentes encargos financeiros.

São calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Os juros e os outros gastos com financiamentos foram os seguintes:

Rubricas	2014	2013
Empréstimos bancários	902,37	1.391,74
Desconto letras		
Leasings		
Aluguer Operacional		
Suprimentos		
Factoring		
Outros		
<b>Total</b>	<b>902,37</b>	<b>1.391,74</b>

## 13. Locações operacionais

O contrato de aluguer da viatura ao serviço da empresa reveste a natureza de locação operacional, visto que não são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. Os custos deste aluguer ascenderam a 10.949,04 €, em 2014, e 16.636,37 € em 2013.

Descrição do acordo de locação existente em 31/12/14 e 31/12/13:

Nº Contrato	Locadora	Data Inicio	Data Fim	Bem Locado	Valor mensal do aluguer	Opção de Compra
6041/2	Leaseplan	6-11-2009	31-07-2014	Viatura 08-IR-03	1.037,66	N
703827	BMW Renting (Portugal), Lda.	04-07-2014	30-06-2018	Viatura 16-OV-41	602,04	N

#### 14. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, informa-se que não existem dívidas perante a Segurança Social.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

#### 15. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

##### 15.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2014	2013
Gastos a reconhecer		
FSE	1.928,96	273,21
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração		44.249,40

##### 15.2. Estado e outros entes públicos

Os saldos da rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” estão divididos da seguinte forma:

	2014		2013	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC		2.108,16		
Impostos s/ rendimento - IRS		1.486,00		1.890,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		2.605,40		1.665,09
Contribuições p/ segurança social		2.299,84		5.642,51
		<b>8.499,40</b>		<b>9,197,60</b>

##### 15.3. Fornecimentos e serviços externos

A *Energia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, e como forma de evitar o crescimento inadequado da equipa, a *Energia* recorre à

subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

Entre os gastos com “Trabalhos especializados” destacam-se os serviços de contabilidade, no valor de 6.840,60€, de revisão de contas, no valor de 2.520,21 €.

A rubrica “Rendas e alugueres” é composta por:

- Renting 10.949,04€ (2013: 16.636,37€) (viaturas)
- Aluguer 7.583,38€ (2013: 7.658,52€) (instalações da sede da agência)

Desta forma, a repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Rubricas	2014	2013
Subcontratos	24.793,46	3.634,80
Trabalhos especializados	13.131,33	12.180,26
Publicidade e propaganda	644,07	25.266,35
Honorários	3.240,27	1.275,88
Material de escritório	1.714,25	3.006,04
Combustíveis	3.082,99	5.364,93
Deslocações, estadas e transportes	5.585,59	6.451,70
Rendas e alugueres	18.532,42	24.294,89
Comunicação	5.604,14	5.842,63
Despesas de representação	874,62	923,08
Outros	3.368,77	3.990,50
<b>Total FSE</b>	<b>80.571,91</b>	<b>92.231,06</b>

#### 15.4. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2014	2013
Rendimentos suplementares		
Correções relativas a exercícios anteriores	2.161,40	884,21
Juros de mora		
Outros	0,13	66.752,77
<b>Total</b>	<b>2.161,53</b>	<b>67.636,98</b>

A rubrica “Outros” referenciada em 2013 respeita à compensação dos saldos das contas do “POSI - Programa Operacional Sociedade do Conhecimento e Parceiros”.

### 15.5. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2014	2013
Dívidas incobráveis		2.185,09
Correções relativas a exercícios anteriores		
Quotizações	220,00	220,00
Outros	181,72	79,02
<b>Total</b>	<b>401.72</b>	<b>2.484,11</b>

### 16. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de março de 2015. As mesmas poderão ser alteradas aquando da assembleia de aprovação de contas.

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## **APROVAÇÃO**

Vila Nova de Gaia, 30 de março de 2015

### **O Técnico Oficial de Contas**

---

Luís Cardoso

### **O Conselho de Administração**

---

Presidente do Conselho de Administração  
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

---

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

---

Vogal do Conselho de Administração  
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

---

Tesoureiro do Conselho de Administração  
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

---

Secretário do Conselho de Administração  
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia

